

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

Retrospectiva 2009

Para a CCR- Comissão de Cidadania e Reprodução, em 2009 o cenário foi de trabalho intenso na difusão e debate público de informações estratégicas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Durante todo o ano, a comissão preocupou-se em informar os líderes de movimentos sociais, pesquisadores, gestores e o público em geral. Reuniu especialistas do Brasil e da América Latina para a discussão de temas centrais na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, em particular do direito ao aborto no Brasil, e participou de articulações no âmbito nacional e internacional.

A aproximação com a grande imprensa e a mídia local expressou a voz do Conselho Diretor, através de artigos e entrevistas publicados em alguns dos principais jornais e revistas do país. “A CCR promoveu campanhas que visavam estimular o debate público e angariar apoios para dois temas polêmicos: o aborto legal e a Concordata Brasil-Santa Sé”, destaca a diretora executiva da CCR, Margareth Arilha.

Junto ao trabalho desenvolvido, a CCR acompanhou os principais acontecimentos do ano, tanto os debates e ações em defesa da legalização do aborto e outros direitos das mulheres, como as iniciativas dos setores que se opõem a estes direitos. A seguir, destacamos os fatos mais marcantes de 2009 para o campo dos direitos sexuais e reprodutivos..

Ano começa com expectativas boas

Quando o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, tomou posse no início de 2009 e, numa de suas primeiras iniciativas, derrubou a *Global Gag Rule*, o clima era de euforia e otimismo no campo dos direitos sexuais e reprodutivos no plano global. A possibilidade de abertura do debate sobre a descriminalização do aborto em países em desenvolvimento, mas que ainda não legalizaram a prática, como o Brasil, ganhava força com a reconquista do apoio norteamericano, graças à liberação de financiamento a entidades pró-direito ao aborto fora dos Estados Unidos. Inaugura-se um primeiro semestre atribulado, e, sobretudo, positivo para os grupos e organizações em defesa dos direitos humanos das mulheres.

No Brasil, em fevereiro, a Lei nº 7.025/2008 que restringia a distribuição de contraceptivos de emergência em Jundiá é julgada inconstitucional e o acesso ao medicamento volta a ser liberado nos hospitais da rede pública da cidade. A participação da CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução e do Conectas Direitos Humanos como *amici curiae* no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) da lei de Jundiá estabelece uma nova estratégia para as organizações de direitos sexuais e reprodutivos no país. No mês seguinte, o debate sobre o aborto legal ganha destaque depois do caso da menina de Alagoinha, em Pernambuco, grávida de gêmeos do padrasto, aos nove anos de idade, vítima de estupro.

O episódio repercute internacionalmente quando a Igreja Católica interfere politicamente no caso e tenta dificultar a realização do procedimento. O arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, declara publicamente a excomunhão de todos os envolvidos na realização do procedimento. Grupos feministas e dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos se mobilizam a favor da realização do aborto na menina e o debate sobre o aborto legal no Brasil ganha força.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

Virada negativa para o debate

A cassação do diploma da médica Neide Mota, dona da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande, vem em julho e o STJ nega recurso pedindo anulação do júri popular, Neide Mota seria julgada pela acusação de realização de 25 abortos e o júri estava previsto para o final do ano. Contudo, sua morte em novembro deixou o caso sem desfecho. A polícia não descarta a tese de suicídio e o processo contra as outras acusadas segue em andamento.

Uma sequência de retrocessos muda o clima no segundo semestre e o avanço no debate sobre o aborto desacelera. No Brasil, a ADPF 54 – que trata da interrupção da gravidez em casos de anencefalia - não é julgada e a Concordata Brasil - Santa Sé é aprovada, apesar de campanha contra o tratado, liderada pela a CCR. O respeito aos direitos humanos e a laicidade do Estado são colocados à prova ao mesmo tempo em que a novela das nove da Rede Globo estampa a culpa feminina nas telas de tevê. Nos EUA, o senado rejeita emenda pró-aborto na reforma da saúde.

O cenário conservador estabelecido no Brasil e na América Latina e os sinais de retrocesso dados por nações historicamente mais avançadas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos em 2009 apontam para um próximo ano não menos complicado. A CCR espera que 2010 seja um período de vigorosos passos na construção da justiça e equidade no Brasil e no mundo.